

Balanço de atividades

Senadora Patrícia Saboya 2008

EXPEDIENTE

Coordenação Geral

Gláucia Maria de Borba Benevides Gadelha – Chefe de Gabinete

Coordenação do Escritório do Ceará

Rita Valente

Edição e Redação Final

Eduardo Brito da Cunha, Mariana Monteiro e Patrícia Andrade

Edição de Imagens

Márcio Sanchez

Colaboração

Equipe do Gabinete da senadora em Brasília e do Escritório no Ceará

Editoração e Capa

SECS | SUPRES | Núcleo de Criação e Marketing

Sumário

PALAVRA DA SENADORA, **07**

Atenção ao Ceará, **11**

Compromisso com a Infância e a Adolescência, **35**

Atuação Legislativa, **57**

Divulgação / PDT



Palavra da senadora

Chegamos ao fim de 2008 com a grata satisfação de colher os frutos de uma semente que plantamos em 2005: a sanção da lei que estabelece a licença-maternidade de seis meses. Apresentamos o projeto proposto pela Sociedade Brasileira de Pediatria em agosto daquele ano e logo começamos a discuti-lo com parlamentares, empresários, mães, pais e outros segmentos da população. De lá para cá, as adesões foram imensas: mais de 100 municípios, 12 Estados, Ministério Público, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, e o próprio Senado, empresas importantes como Nestlé, Garoto, Wal-Mart, Eurofarma e Furnas passaram a oferecer o benefício ampliado às suas funcionárias. Quem sai ganhando são as crianças brasileiras, que podem usufruir da convivência com suas mães em um período fundamental de seu desenvolvimento e de todos os nutrientes insubstituíveis do leite materno.

Não são só as mães que vão poder dedicar mais tempo a seus filhos. Em agosto, nosso projeto que regulamenta e amplia a licença-paternidade para 15 dias foi aprovado pelo Senado. Falta agora a apreciação da Câmara dos Deputados. Também está na Câmara nossa proposta que visa ampliar as punições para os envolvidos nos crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Entre os vários novos projetos que apresentamos neste ano, destacam-se o que estabelece o Ensino em Tempo Integral, o que trata de cuidados preventivos para crianças e adolescentes no âmbito do SUS e dos planos e seguros privados de assistência à saúde e o que dispõe sobre incentivos para as políticas de apoio à juventude.

Sempre preocupada em defender os interesses da população cearense, neste ano resolvi aceitar o desafio de disputar as eleições para a prefeitura de Fortaleza. Apresentamos nossas soluções para os principais problemas da cidade e, mesmo não estando à frente da prefeitura, continuaremos lutando por programas e verbas para melhorar a vida das pessoas em Fortaleza e em todos os municípios do Ceará. No capítulo "Atenção ao Ceará", você ficará sabendo detalhadamente para que obras e ações destinamos recursos neste e nos últimos anos.

Um grande abraço e boa leitura,

Patrícia Saboya

Foto: André Lima



Atenção ao Ceará

As ações da senadora Patrícia para melhorar a qualidade de vida da população cearense e ajudar na promoção de um desenvolvimento mais equilibrado para o Estado

Apesar dos significativos avanços obtidos nas últimas décadas, o Estado do Ceará ainda apresenta baixos indicadores de desenvolvimento e altos índices de concentração de renda. Isso exige investimentos constantes, sobretudo em projetos estruturantes que possam alavancar a realidade sócio-econômica do Estado.

Ao longo de seu mandato como senadora, Patrícia Saboya tem atuado fortemente na busca por mais recursos para melhorar as condições de vida de todos os cearenses, apresentando emendas ao Orçamento da União nos mais variados setores visando fortalecer, principalmente, os programas de maior alcance social.

Para o Orçamento de 2009, a senadora Patrícia apresentou, no final de 2008, emendas no valor total de R\$ 10 milhões para investimentos nas áreas de turismo, infra-estrutura urbana, prevenção de agravos naturais e saneamento básico. A seguir você vai saber mais sobre as verbas que Patrícia tem destinado ao Estado.

■ RECURSOS PARA O CEARÁ

No período entre 2004 e 2008, a senadora Patrícia Saboya apresentou emendas individuais que totalizaram **R\$ 25 milhões** em benefícios para **139 municípios do Ceará**, correspondendo a uma cobertura de 76% de todo o Es-

tado. As emendas estão viabilizando obras nas mais variadas áreas, tais como construção de escolas e creches, quadras poliesportivas, unidades de saúde, investimentos em infra-estrutura, saneamento básico, turismo, entre outras benfeitorias. Para o Orçamento de 2009, foram apresentadas emendas prevendo investimentos de mais **R\$ 10 milhões** para atender aos interesses da população cearense em áreas como turismo, infra-estrutura urbana (habitação e pavimentação), prevenção de agravos naturais e saneamento básico.

Em suas emendas, a senadora tem dedicado especial atenção às cidades que ganharam o Selo Município Aprovado, do Unicef – um prêmio concedido às prefeituras que mais priorizam os direitos de crianças e adolescentes em suas políticas públicas. Dos 60 municípios cearenses contemplados com o Selo, 44 receberam recursos das emendas apresentadas pela senadora Patrícia. O que representa melhorias para 73% do total de cidades agraciadas com o Selo UNICEF.

Entre as emendas sugeridas por Patrícia Saboya nesse período, está a que destina recursos para equipar creches, ABC's e conselhos tutelares de todo o Estado. A verba, no valor de R\$ 3 milhões, foi finalmente liberada depois de vários entraves burocráticos e os recursos já estão chegando a essas instituições, beneficiando milhares de crianças e adolescentes cearenses.

Outra emenda de extrema importância foi a que destinou R\$ 11 milhões para os principais hospitais públicos do Ceará. Essa proposta foi apresentada ao Orçamento de 2007. Os recursos já foram garantidos e estão na fase de execução, o que significa mais uma vitória para a população do Estado e de Fortaleza, já que a maioria dos hospitais funciona na capital.

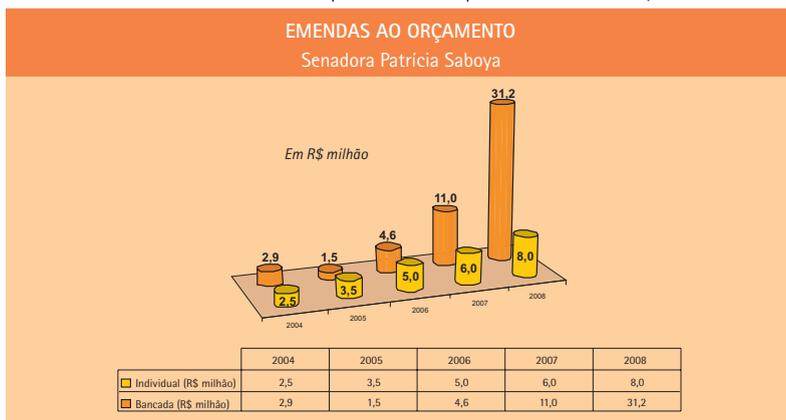
Uma emenda apresentada ao Orçamento de 2008 assegurou R\$ 6,3 milhões para 35 creches do Ceará. A senadora priorizou o atendimento nos municípios com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado, que são justamente aqueles mais carentes. Patrícia também viabilizou, com uma emenda de R\$ 200 mil apresentada em 2004, a construção da Delegacia da Criança e do Adolescente dentro do Núcleo de Enfrentamento à Violência Sexual, que funciona em Fortaleza.



André Lima

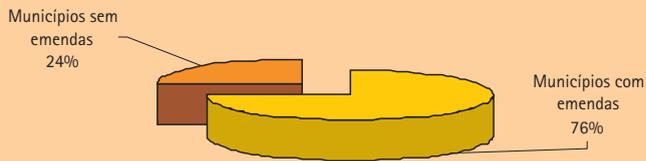
Senadora Patrícia conversa com a população em Fortaleza: prioridade para os projetos sociais

É importante explicar que as emendas apresentadas pelos parlamentares ao Orçamento da União podem ser **individuais** e de **bancada**. Os deputados e senadores podem apresentar emendas individuais para modificar a programação de despesa do Orçamento. Já nas emendas de bancada, os parlamentares, independentemente de partido político, reúnem-se para discutir projetos de interesse do Estado que representam. Entre 2004 e 2008, a senadora Patrícia garantiu emendas de bancada para o Ceará no valor de **R\$ 51 milhões**. Acompanhe nos gráficos a seguir o histórico das emendas individuais e de bancada apresentadas por Patrícia Saboya.



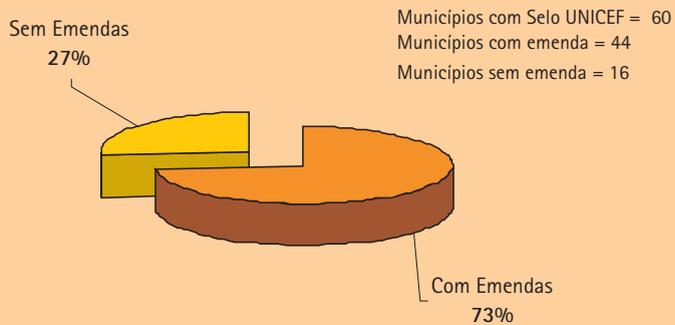
EMENDAS

Quantitativo de Municípios Contemplados



Total de Municípios no Ceará = 184
Total de Municípios com emendas = 139

Municípios do Estado do Ceará Selo UNICEF



As Emendas ao Orçamento de 2009

Ministério do Turismo	Infra-estrutura turística R\$ 3 milhões
Ministério das Cidades (Habitação)	Infra-estrutura urbana R\$ 1,8 milhão
Ministério das Cidades (Pavimentação)	Infra-estrutura urbana R\$ 2 milhões
FUNASA (Melhorias Sanitárias)	Prevenção contra agravos R\$ 1 milhão
FUNASA (Esgotamento Sanitário)	Melhoria Sistemas de Esgotos R\$ 2 milhões
Total	R\$ 10 milhões

■ ENCONTROS E PARCERIAS COM A SOCIEDADE

Em estreita aliança com os órgãos voltados para o desenvolvimento do Ceará, Patrícia priorizou vários projetos, por meio de emendas parlamentares, além de desenvolver ações para potencializar o crescimento econômico-social do Estado. Nessa frente de atuação, discutiu com lideranças comunitárias, docentes e estudantes, partidos e representantes do empresariado e deu sugestões para melhorar os diversos setores de Fortaleza e de todo o Estado. Abaixo, apresentamos as iniciativas mais importantes.

Com as universidades

Reconhecendo que a educação é um dos principais pilares do desenvolvimento e que os indicadores educacionais do Estado do Ceará, sobretudo de Fortaleza, estão abaixo da média nacional, a senadora debateu com diferentes entidades de ensino soluções para o ensino público e privado no país. De acordo com dados do Ministério da Educação, a média da rede municipal de Fortaleza ocupa a incômoda 26ª posição no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA/2007, dentre as capitais brasileiras. Já de acordo com o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece), Fortaleza está na 89ª colocação entre os 184 municípios do Ceará.

Uma das visitas de Patrícia em 2008 para discutir a melhoria do ensino nos diversos níveis foi à Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC). A senadora discutiu as questões do ensino superior e as prioridades da UFC, merecendo destaque o complexo hospitalar da UFC e o projeto da Maternidade Escola. Este último foi objeto de emenda da senadora ao Orçamento de 2008 no valor de R\$ 300 mil para implantação da UTI pediátrica do Hospital Universitário.

Em março, com o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, a senadora retornou à UFC, dessa vez para participar do lançamento do Programa Planseq - Plano

Setorial de Qualificação do Microcrédito, uma parceria da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC) com a UFC e o Ministério do Trabalho. O programa apresenta como eixos de ação a formação de empreendedores e instrutores, além do apoio à comercialização e à organização de laboratórios.

Já como conferencista da VII Jornada Acadêmica da Faculdade Evolutivo (FACE), Patrícia abordou formas de o governante atuar para que as empresas públicas e privadas se comprometam e se empenhem na melhoria do bem-estar socioambiental. A senadora ressaltou a importância de as empresas terem uma postura ética permanente no mercado de consumo e na sociedade, impulsionando ações para uma efetiva inclusão social e cuidando do meio ambiente. O diretor geral da FACE, George da Justa Feijão, e a diretora acadêmica, Elizabeth Feijão, destacaram a importância da ação conjunta, de governo e sociedade, na luta permanente para a conquista da responsabilidade sócio-ambiental. Em debate com os estudantes universitários, a senadora ampliou o espaço para o fortalecimento das relações do ensino privado e o legislativo federal.



André Lima

Patrícia fala sobre responsabilidade sócio-ambiental na Faculdade Evolutivo, em Fortaleza

Em palestra intitulada *As Prioridades da Administração Pública*, com ênfase nas Políticas Públicas de Juventude, a senadora Patrícia participou de ampla discussão com estudantes universitários, promovido pelos Centros Acadêmicos da Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará (FAECE) e da Faculdade de Fortaleza (FAFOR). No Centro Acadêmico de Direito da Faculdade 7 de setembro (FA7), Patrícia proferiu palestra com o tema *Exploração Sexual e Ampliação dos Direitos da Mulher*.

Com a juventude

Estudo do PNAD mostra que educação e emprego são os assuntos que mais interessam aos jovens, enquanto segurança e violência são os temas que mais lhes preocupam. Há no Brasil cerca de 50,5 milhões de pessoas com idades entre 15 e 29 anos, que representam quase 30% da população. A juventude é fator determinante na estratégia de desenvolvimento do País, pois detém enorme potencial modificador da realidade. Esse diagnóstico da situação juvenil no Brasil foi tema de debate com grupos de jovens que buscam assegurar direitos e garantir oportunidades. Os jovens são considerados a partir de uma perspectiva dupla: como beneficiários de uma rede de serviços locais e como agentes estratégicos da construção, execução e aperfeiçoamento das políticas públicas para a juventude. Entre elas, está a captação de recursos, por meio das parcerias com o setor privado, capazes de alavancar investimentos e ampliar a oferta de serviços.

Com esse objetivo, a senadora Patrícia Saboya apresentou projeto (PLS 269/2008) que dispõe sobre incentivos às Políticas Públicas de Juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos. A proposta autoriza o contribuinte, enquanto pessoa física e jurídica, a deduzir do imposto de renda as doações e patrocínios efetuados a entidades privadas sem fins lucrativos, vinculadas às Políticas Públicas de Juventude, na faixa de idade entre 15 e 29 anos (*veja mais detalhes no capítulo Atuação Legislativa*).



Senadora discute com jovens cearenses políticas públicas para essa faixa etária

Com entidades empresariais

Ao longo do ano, Patrícia Saboya reuniu-se com diversas entidades do setor produtivo sempre visando discutir propostas para o desenvolvimento do Ceará. Em janeiro de 2008, a senadora encontrou-se com o diretor- presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) para conversar sobre temas de interesse do setor e suas posições frente às proposições de leis envolvendo a indústria.

Em março, na reunião ordinária com representantes das associações membros da Federação Cearense das Associações de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FECEMPE), a senadora participou de discussão sobre os *Desafios das Micro e Pequenas Empresas*. No Brasil, nove em cada dez empresas são classificadas como micro ou pequenas: representam 99% dos empreendimentos. No Ceará, são 230 mil MPes formais e 400 mil informais. Estima-se que 28% da população, cerca de 2 milhões de cearenses, sobrevivam de pequenos negócios formais e informais. A cada ano, são constituídas no Estado, em média, 11.200 MPes e são extintas 3.500 MPes.

Para tratar das preocupações desse setor especificamente, a senadora esteve em reunião do Comitê Estadual de Regulamentação e Implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, cuja missão é coordenar e supervisionar ações que assegurem tratamento jurídico diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte. Em debate com os empresários, Patrícia apresentou projeto de lei de sua autoria que inclui as creches e pré-escolas nas regras de arrecadação do Simples (*veja mais detalhes no Capítulo Atuação Legislativa*).

Em evento realizado no dia 20 de junho, a senadora Patrícia Saboya proferiu palestra aos membros da Associação dos Jovens Empresários (AJE) com o tema central *Políticas Públicas de Juventude - Os Jovens e a Responsabilidade Social nas Empresas*. Tratou dos desafios da AJE e da importância da formação e capacitação de lideranças comprometidas com uma nova mentalidade empresarial e cidadã.

Outro compromisso da senadora com o empresariado cearense foi na Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza (CDL). Em 28 de março, ela esteve



André Lima

Patrícia Saboya participa de debate com empresários do Ceará

na apresentação dos projetos inovadores da CDL e em visita ao Centro de Treinamento. Dentre as inovações, destacaram-se a Faculdade Tecnológica de Fortaleza; o Programa de Pós-graduação- Universidade do Vale do Acaraú em parceria com a UFC; o Espaço CDL de Negócios e do DEACON; o Prêmio CDL de Comunicação; e ainda o Programa CDL TV; o Instituto CDL de Cultura e Responsabilidade social; o Programa Talento Jovem para o Comércio; e o Ceará Natal de Luz. A CDL iniciou suas atividades há 50 anos quando Fortaleza tinha apenas 10% da população do País. Hoje, com uma população de 2,5 milhões de habitantes, 4ª no ranking populacional do País, Fortaleza tem a CDL como um importante instrumento para seu desenvolvimento, especialmente nas atividades de comércio.

Em junho, foi a vez de a senadora proferir palestra magna em evento de encerramento da gestão 2006/2008 da CDL Jovem de Fortaleza. Patrícia discutiu com a nova geração de empresários do varejo as mais variadas situações que envolvem o dia-a-dia do comércio e serviços, com destaque para a licença-maternidade de seis meses e sua implantação no comércio varejista.



Senadora ao lado do deputado federal Mauro Benevides (PMDB-CE) no evento da Câmara de Diretores Lojistas de Fortaleza

Com partidos políticos

A discussão com partidos políticos também fez parte das atividades da senadora Patrícia Saboya em sua busca por soluções para os diversos problemas da cidade de Fortaleza e de todo o Ceará. Em janeiro, ela participou do Encontro da Executiva Estadual de seu partido, o PDT, e em abril, no IV Congresso Nacional do partido, debateu o tema *Esporte, Cultura e Lazer*.

Na reunião do Diretório Estadual do PTB, Patrícia participou dos debates de temas como reforma política, eleições municipais e os desafios dos partidos frente ao processo eleitoral.

Em junho, discutiu com os membros do PSDB, na reunião da Executiva Estadual do partido, propostas voltadas para o desenvolvimento do município de Fortaleza.



André Lima

Patrícia faz palestra para estudantes universitários de Fortaleza

Com sindicatos e associações

A senadora Patrícia se reuniu também com sindicatos e associações de trabalhadores de diversos setores para se inteirar de problemas e procurar apresentar soluções para cada categoria. No dia do trabalho, Patrícia participou das festividades promovidas pelo Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores do Comércio Hoteleiro, Similares, Turismo e Hospitalidade do Estado do Ceará. A senadora discutiu com a diretoria as prioridades do setor e falou sobre o PLS 725/2007, projeto de sua autoria em tramitação no Senado, que visa tornar obrigatório o repasse aos garçons dos valores recolhidos a título de gorjeta.

Com a diretoria da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará, Patrícia discutiu o II Diagnóstico da Defensoria Pública elaborado pelo Ministério da Justiça, que procura mostrar a importância do papel do Defensor Público. O documento trata do exercício do trabalho dessa categoria, cuja



Andre Lima

Senadora visita a Casa do Menor, instituição que atende crianças e adolescentes em situação de risco

missão é garantir aos cidadãos o acesso à Justiça. Foram objetos da pauta ainda o subsídio dos defensores e a infra-estrutura das defensorias. Em outubro, Lei Estadual fixou o subsídio mensal dos trabalhadores da área.

A senadora Patrícia reuniu-se ainda com a diretoria do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Ceará para discutir emendas constitucionais e projetos de lei de interesse da categoria. Entre eles está proposta que fixa critérios para admissão dos futuros oficiais de justiça, ao mesmo tempo em que se preservam os direitos adquiridos. Patrícia Saboya acompanha cada um desses projetos e já conseguiu sua inclusão na ordem do dia das comissões de que participa, como a Comissão de Assuntos Sociais, por ela presidida.

A Associação das Primeiras-Damas do Estado do Ceará (APDM-CE) recebeu a senadora em fevereiro para falar da constante preocupação com a situação das crianças em asilos e orfanatos no Ceará. O encontro resultou no desenvolvimento de Programa de Inserção Familiar para viabilizar o retorno das crianças às suas famílias, além de parceria para o Mutirão da Adoção, a cargo da Secretaria do Desenvolvimento e Ação Social do Estado do Ceará. A Presidente da APDM-CE, Maria Auxiliadora Cardoso, do município de Porteiras, destacou a importância do projeto e se comprometeu em priorizar estratégias que visem dar efetividade a essa ação.

No encontro com as primeiras-damas, a senadora Patrícia voltou a ressaltar a importância para as crianças da adoção pelas prefeituras da licença-maternidade de seis meses.

A senadora também esteve reunida em março com o desembargador Rômulo Moreira, diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, na busca de soluções para a adoção de crianças e adolescentes, atualmente em asilos e creches do Ceará.

Com associações, organizações e entidades comunitárias

Por meio do Programa *Ouvindo Fortaleza*, em eventos organizados pela Fundação Leonel Brizola/Alberto Pasqualini, a senadora Patrícia Saboya percorreu os bairros da cidade debatendo com as comunidades sobre as potencialidades e

demandas locais. Patrícia ouviu de representantes das comunidades sugestões de formas de estruturar ações voltadas ao fortalecimento de iniciativas locais. Foram realizados encontros nos bairros do Curió, Maraponga, Messejana, Conjunto Palmeiras, Conjunto José Walter, Parquelândia e Panamericano. As reuniões resultaram na estruturação de demandas de serviços e equipamentos comunitários, que darão subsídios a projetos de lei e ações nas áreas de educação, cultura e lazer; emprego e renda; infra-estrutura; políticas públicas para juventude e idosos; saúde; segurança; transporte e trânsito.

Acompanhada do Padre Renato Chiera, fundador da Casa do Menor São Miguel Arcanjo, a senadora Patrícia Saboya esteve na entidade tratando dos problemas dos meninos e meninas de rua do Ceará. A Casa do Menor São Miguel Arcanjo é uma instituição filantrópica de utilidade pública que acolhe crianças e adolescentes em situação de risco pessoal, promovendo a educação social, profissional e religiosa, assegurando o exercício do direito à vida, à dignidade e à vivência da cidadania. Na unidade de Fortaleza foi priorizado um programa voltado para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Somente em Fortaleza são cerca de 400 meninos e meninas que vivem nas ruas. Pelos relevantes serviços prestados, a senadora foi homenageada com o *Diploma Anjo da Guarda das Crianças e Adolescentes da Casa do Menor*.

Patrícia Saboya se encontrou ainda com jovens e representantes do ABC João XXIII e do Conselho de Entidades Populares. O ABC João XXIII é um programa de apoio e formação de crianças e adolescentes, que funciona desde 1992, quando foi implantado pela própria Patrícia, então primeira-dama do Estado. A senadora tem feito esforços junto ao Governo do Estado para que os ABCs sejam fortalecidos e sirvam de referência para a educação do Estado do Ceará.

A APAW, Associação dos Pais e Amigos das Vítimas de Violência, recebeu a visita da senadora Patrícia em agosto de 2008. Além de discutir os avanços e as dificuldades da Associação e apresentar sugestões para o fortalecimento da APAW, a senadora foi homenageada pela instituição. Oneide Braga, fundadora da APAW, destacou a importância dos serviços prestados pela senadora nessa área.



Patrícia ouve, nas ruas, as reivindicações da população cearense

Em visita a APAE, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Patrícia teve oportunidade de conhecer os avanços na defesa dos direitos das pessoas com deficiência e na perspectiva da inclusão social de seus usuários. Discutiu a questão da acessibilidade dos cadeirantes que estavam presentes ao encontro, além do valor do repasse dos recursos públicos destinados à entidade.

Um encontro de Patrícia Saboya promovido pela Central das Associações dos Movimentos Populares reuniu milhares de pessoas para debater políticas de moradia popular. O Estado do Ceará tem um déficit habitacional de 400 mil moradias, enquanto Fortaleza, 4ª capitão do País, apresenta um déficit de 160 mil unidades habitacionais, segundo dados do IBGE -2005.

Apoio aos Conselhos Tutelares

Em 30 de maio, a senadora Patrícia Saboya esteve no Encontro Estadual dos Conselheiros de Ceará, promovido pela Associação dos Conselhos Tutelares do Estado do Ceará (ACONTECE). O objetivo foi debater com conselheiros representantes de diferentes municípios do Estado a situação dos Conselhos

Tutelares na Política de Atendimento à Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente. A pesquisa *Bons Conselhos – Conhecendo a Realidade*, feita em 2006 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, indicou a necessidade de diversas iniciativas. Entre elas destacam-se: esforços na criação de mais Conselhos; melhoria das condições de trabalho, incluindo a privacidade necessária para o atendimento dos casos; melhoria da manutenção dos computadores e ampliação do acesso à internet; aumento do número de carros, uma vez que 60% dos Conselhos não dispõem de veículos para uso de suas atividades, como apuração de denúncias e fiscalização das entidades.

No encontro, um grupo de conselheiros destacou a iniciativa da senadora Patrícia de apresentar emenda ao Orçamento da União no valor de R\$ 4 milhões, para equipar os Conselhos Tutelares do Ceará com kits de informática, aparelhos de TV, bebedouros, armários, cadeiras e outros materiais indispensáveis ao trabalho dos conselheiros. Convênios foram celebrados entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria Estadual de Ação Social. Nesse primeiro momento, foi viabilizado o apoio à infra-estrutura de 95 Conselhos, contemplando mais de 50% dos municípios cearenses.



Senadora dialoga com conselheiros tutelares do Ceará

■ ENCONTROS E PARCERIAS COM A SOCIEDADE

Ao longo de 2008, a equipe técnica da senadora Patrícia Saboya prestou serviços de assessoria a diferentes entidades, entre as quais estão:

- ARTE Solidária Internacional;
- Centros Comunitários Conjunto Ceará;
- Granja Portugal e Dendê;
- Associações comunitárias dos bairros Ellery, Monte Castelo, Pici, Praia do Futuro, Autran Nunes, Padre Andrade, Alto Alegre, Montese, Vila São José e bairros adjacentes;
- Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários do Ceará (motoristas, cobradores e fiscais de ônibus);
- Sindicato dos Feirantes em Artesanato de Fortaleza (SINFACE);
- Centro de Apoio à Comunidade de Aerolândia;
- Conjunto Comunitário dos Moradores do Conjunto Palmeiras;
- Sociedade Comunitária Habitacional Popular do Conjunto Palmeiras;
- Associação Beneficente Boa Esperança (Conjunto Esperança);
- Associação dos Agentes de Saúde de Fortaleza;
- Sindicato dos Feirantes em Artesanato de Fortaleza (SINFACE);
- Igreja Batista Independente (Parque Dois Irmãos);
- Central das Associações de Moradores e Populares do CE- Conjunto Ceará;
- Sociedade Comunitária Habitacional Popular do Ipaumirim (José Walter);
- Instituto Cearense de Mobilização e Cidadania;
- Centro Comunitário Cristo Redentor;
- Creche Paraíso de Criança (Vila Pery).

Assessoria Técnica: visitas a projetos e comunidades

- Projeto Vilamar - Projetos em andamento e encontro com a comunidade;
- ABC e Circo Escola do Bom Jardim - Encontro com a comunidade;
- Associação José Cavalcante Aragão / Núcleo Ferreira Aragão / Universidade Aberta Leonel Brizola - Com as presenças da senadora, do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, do deputado estadual Ferreira Aragão e de lideranças comunitárias;
- Associação Comercial do Bairro da Paupina- Encontro com a comunidade e lideranças locais;
- Conselho Comunitário dos Moradores do Conjunto Palmeiras - Encontro com a comunidade e lideranças locais;
- Conselho de Moradores do Dendê - Encontro com a comunidade e lideranças locais, com palestra da senadora sobre o tema: *Exploração Sexual*;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do José Walter - Encontro com lideranças locais, jovens e comunidade em geral;
- Associação Comunitária Carlito Pamplona - Encontro com a comunidade e lideranças locais.

Homenagens, títulos e reconhecimentos

Ao longo de 2008, a senadora Patrícia Saboya recebeu várias homenagens. Confira a seguir as principais:

- **Título de Cidadã de São Gonçalo do Amarante** - Em solenidade no Plenário da Câmara Municipal de São Gonçalo do Amarante, realizada em 9 de maio de 2008, conferido à senadora pelos relevantes serviços prestados à terra e ao seu povo.
- **Título Honorífico de Cidadã de Paraipaba** - Conferido pela Câmara Municipal de Paraipaba, em solenidade dia 9 de maio, pela contribuição ao desenvolvimento do Ceará.

- **80 anos da Polícia Rodoviária Federal** - Agradecimento especial à senadora, conferido pelo Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado do Ceará (SINDPRF-CE).
- **Homenagem das crianças e adolescentes da Casa do Menor em Fortaleza** - Recebeu o Diploma Anjo da Guarda da Casa do Menor.
- **Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher 2008** - Conferida pela Associação de Líderes e Lojistas Femininas (ALFE), pelas conquistas e buscas na Arte de Ser Mulher.
- **Revista Eles & Elas nos Municípios** - Comenda Autoridade Destaque à senadora Patrícia, em 9 de junho, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Ceará, concedida pelo Serviço de Assistência aos Prefeitos do Interior (SAPI).

A senadora Patrícia também prestou homenagens a diversas instituições. Veja algumas a seguir:

- **80 anos do grupo O Povo de Comunicação** - Sessão especial, em 11/03/2008, no Plenário do Senado Federal, em homenagem aos 80 anos de fundação do Jornal O Povo. Em seu discurso, a senadora Patrícia Saboya contou um pouco da história do jornal e exaltou a sua importância para o jornalismo cearense e brasileiro.
- **50 anos da CDL Fortaleza** - Destaque especial à CDL pelos 50 anos de criação e serviços prestados ao comércio. Em pronunciamento no Senado Federal, a senadora enalteceu a CDL-Fortaleza, considerando-a como centro de excelência de Serviço e Apoio ao Desenvolvimento do Comércio, com posição de vanguarda na formação de líderes, defesa, união e desenvolvimento do comércio.
- **30 anos da TV Cidade** - Sessão Especial do Senado Federal em comemoração aos 30 anos de existência da TV Cidade de Fortaleza.



Patrícia na sessão solene do Senado que homenageou os 80 anos do Jornal O Povo

Eleições municipais

Preocupada com os destinos de Fortaleza e comprometida com a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente devido aos baixos indicadores sócio-econômicos do município, a senadora Patrícia Saboya atendeu aos anseios da população e, disposta a contribuir de forma mais efetiva com o futuro de Fortaleza, dispôs-se a concorrer ao pleito municipal apresentando um plano para a capital cearense.

A participação nas eleições municipais revestiu-se de extrema importância no conhecimento da realidade local, permitiu o debate com as comunidades, visitas às diferentes microrregiões de Fortaleza, além de favorecer a estruturação de um Plano de Atividades a partir dos diversos fóruns e reuniões temáticas com setores e agentes promotores do desenvolvimento.



Senadora visita hospitais públicos de Fortaleza

Divulgação das ações para o grande público

Como forma de ampliar a comunicação externa e dar transparência às ações, a senadora, ao longo do ano, promoveu debate nos diversos meios de comunicação, colocando suas posições em relação aos principais temas como licença-maternidade de seis meses, campanha de adoção de crianças e adolescentes, normas de adoção por estrangeiros, combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, maioridade penal, fechamento de creches, conquistas e desafios da mulher na sociedade, e ainda siderúrgica no Complexo Portuário do Pecém, redução do fluxo turístico em Fortaleza e demais pólos do Estado e emendas orçamentárias.



Compromisso com a Infância e a Adolescência

A luta pelos direitos de crianças e adolescentes ganhou reforço, em 2008, com a sanção da lei da licença-maternidade de seis meses

Reconhecida no Parlamento como uma das principais lideranças nacionais quando o assunto é a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, Patrícia Saboya (PDT-CE) obteve, em 2008, mais uma importante conquista para as novas gerações do País. O presidente Lula sancionou, em setembro, a lei que estabelece a licença-maternidade de seis meses (Lei 11.770/08). Construído em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), o projeto da senadora que propõe essa ampliação foi aprovado por unanimidade pelo Senado, em outubro de 2007, e pela Câmara em agosto de 2008. A proposta está voltada principalmente para as trabalhadoras da iniciativa privada e tem caráter facultativo, tanto para as mulheres quanto para os empresários. As empresas que aderirem à idéia receberão incentivos fiscais do governo federal.

"Uma grande vitória!", comemoram os autores do projeto, a senadora Patrícia Saboya e o dr. Dioclécio Campos Júnior, presidente da SBP. "Ao assinar o documento, a liderança máxima do País concorda com todos os argumentos que levaram ao êxito da campanha", assinalou o dr. Dioclécio, se referindo ao movimento iniciado em 27 de julho de 2005, Dia do Pediatra, quando entregou à senadora o anteprojeto de lei. "Se antes disso muitas empresas já estavam ade-

rindo, imagine agora! Aquelas que têm responsabilidade social, com certeza, vão garantir o benefício às suas trabalhadoras", previu a senadora Patrícia, satisfeita com o resultado do esforço que liderou no Congresso Nacional, desde que deu início à tramitação.

A proposta prevê a dedução, no imposto devido das empresas, do valor integral dos dois meses excedentes do salário da trabalhadora. O texto original estabelecia também incentivos fiscais para as pequenas e micro empresas e para as tributadas com base no lucro presumido, mas o presidente Lula vetou o artigo sobre isso. A nova lei autoriza ainda a administração pública direta e indireta a conceder os seis meses. As regras valem para as mães adotivas.

Para que a nova lei pudesse beneficiar cerca de três milhões de crianças que vão nascer em 2009, Patrícia Saboya apresentou, no final de 2008, emenda ao Orçamento da União prevendo uma renúncia fiscal de R\$ 340 milhões. Era o montante necessário para que a licença-maternidade de seis meses começasse a valer em 2009. No entanto, com a grave crise financeira mundial, o Orçamento de 2009 sofreu vários cortes e a emenda da senadora não foi acatada.

No caso das funcionárias públicas, embora o entendimento inicial do governo federal fosse o de que seria necessário haver uma regulamentação das novas regras, no final de outubro, uma decisão da Justiça Federal sanou, de vez, as dúvidas. Segundo o Juiz Federal Alexandre Vidigal, a lei que ampliou a licença-maternidade para seis meses tem, sim, aplicação imediata no serviço público, bastando o requerimento da gestante para dispor do benefício. Antes mesmo dessa decisão, porém, muitos órgãos públicos já vinham concedendo a licença ampliada para suas funcionárias: Ministério Público da União, Tribunal de Justiça do DF, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal e Tribunal de Contas da União. As funcionárias dos Correios também conseguiram ter o benefício garantido por meio de acordo coletivo.

No Senado Federal, depois de uma conversa da senadora Patrícia com o presidente Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), em que ela insistiu na necessidade de a licença de seis meses ser imediatamente concedida às funcionárias da

Casa, o benefício foi regulamentado. Passou a vigorar no dia 10 de novembro de 2008.



Célio Azevedo / Agência Senado

Senadora Patrícia comemora a vitória dos seis meses de licença com os pediatras Rachel Niskier (primeira, à esq) e Dioclécio Campos Júnior (terceiro à esq), presidente da SBP

Campanha em todo o País

Ao lado dos pediatras, a senadora tem trabalhado intensamente, desde 2005, para difundir a causa da licença-maternidade de seis meses, incentivando estados e municípios a também adotarem o benefício ampliado. Até o final de 2008, a licença de seis meses era uma realidade para as servidoras públicas de mais de 100 municípios, 12 estados e do Distrito Federal. Em várias Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais tramitam propostas nesse sentido. Diversas empresas também já concedem o benefício. Um exemplo é a Fersol, indústria

de defensivos químicos de São Paulo, onde as mães têm, desde 2004, direito à licença de seis meses, e os pais, de dois meses. Já aderiram à licença de seis meses empresas como Nestlé, Garoto, Wal-Mart, Eurofarma, Light, Cedae, Ampla e CAM Brasil, do grupo Endesa Espanha, o Grupo Hospitalar Conceição, do Rio Grande do Sul (a maior empresa pública ligada ao Ministério da Saúde), e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), também instituição pública e ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Depois da sanção presidencial, várias centrais sindicais incluíram a licença-maternidade de seis meses na pauta das reivindicações trabalhistas. Na opinião da ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire, a lei que amplia a licença-maternidade para seis meses deverá ser incorporada aos poucos pelas empresas. Ela defendeu a inclusão do novo benefício em acordos coletivos firmados entre empresas e sindicatos de trabalhadores. "Assim como toda mudança, essa lei deve ser, aos poucos, incorporada. Eu espero que as mulheres se mobilizem junto aos seus sindicatos para incluir isso nos acordos coletivos de trabalho, como fizeram com a licença de quatro meses quando foi instituída", afirmou a ministra em entrevista à Agência Brasil. Para ela, a nova lei precisa ser interpretada do ponto de vista da cidadania, e não como um benefício restrito às mulheres.

Laços fortalecidos

O principal objetivo da proposta da senadora e da SBP é fortalecer o vínculo afetivo entre mães e filhos. Um bebê já nasce com quase 100 bilhões de células cerebrais, que, entretanto, ainda não estão conectadas entre si. A ligação entre elas se dá justamente por meio de estímulos que a criança recebe ao interagir com as pessoas que a rodeiam: a mãe, o pai e toda a família. "É por isso que os cientistas são unânimes em ressaltar a importância do estreitamento desses vínculos, sobretudo nos seis primeiros meses de vida", destaca a senadora.

De acordo com Dioclécio Campos Júnior, é nessa fase que o cérebro humano cresce com maior intensidade. E esse ritmo de desenvolvimento jamais será alcançado em outro período da vida. Patrícia Saboya lembra que o feto e a



Célio Azevedo / Agência Senado

Grávidas acompanham votação do projeto da licença-maternidade de seis meses

estimulação adequados que o bebê recebe de quem o cerca nessa etapa são determinantes para o seu grau de desenvolvimento físico, emocional e intelectual (*confira, no box abaixo, o ritmo de crescimento do cérebro nessa fase*).

Crescimento do Cérebro Humano (em gramas/dia)	
Intra-Útero	6º ao 9º mês de gravidez: 3g/dia
Extra-Útero	0-6 meses: 2g/dia 6 meses a 3 anos: 0,35g/dia 3-6 anos: 0,15g/dia
Ao nascer	100 bilhões de neurônios
Número de sinapses	15.000 neurônios nos primeiros meses Mil trilhões aos três anos

Fonte: *Jornal SBP Notícias, Edição junho/setembro 2008*

■ ESTÍMULO AO ALEITAMENTO MATERNO

O projeto também visa corrigir o descompasso entre a atual legislação brasileira, que estabelece uma licença de quatro meses, e a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que as mães devem amamentar seus filhos por, no mínimo, seis meses.

"O leite materno é uma verdadeira vacina, capaz de prevenir diversos males como pneumonia, diarreia e doenças alérgicas. Com isso, em médio prazo, a tendência é o Estado gastar menos com a hospitalização de crianças", afirma Dioclécio Campos Júnior. Segundo ele, a amamentação durante esse período reduz em 17 vezes as chances de a criança ter pneumonia; em 5,4 a incidência de anemia e em 2,5 a possibilidade de diarreia. Dados da SBP mostram que o Sistema Único de Saúde (SUS) gasta, anualmente, só com internações de crianças de até um ano, vítimas de pneumonia, cerca de 400 milhões de reais.

Outra conquista importante para as crianças e as famílias brasileiras foi a aprovação, pelo Senado Federal, do projeto de lei da senadora Patrícia que prevê a ampliação da licença-paternidade de cinco para 15 dias consecutivos, sem prejuízo do emprego e do salário. A proposta agora tramita na Câmara (*leia mais no capítulo "Atuação Legislativa"*).

Saiba mais sobre a nova licença-maternidade

O que diz a Constituição brasileira?

A Constituição de 1988 prevê 120 dias de licença-maternidade (antes a CLT estabelecia apenas três meses). O pagamento é feito pelas empresas, que o deduzem de contribuições a pagar à Previdência Social. A trabalhadora licenciada não pode exercer atividade remunerada. O benefício vale para quem adotar (varia de 30 a 120 dias, dependendo da idade da criança).

Como vai ficar com a nova lei?

Serão seis meses de licença-maternidade. A proposta da senadora Patrícia e da Sociedade Brasileira de Pediatria prevê os dois meses adicionais para funcionárias de empresas privadas de todo o País e para servidoras públicas federais.

As empresas serão obrigadas a oferecer os seis meses?

Não. Será uma opção. A prorrogação de dois meses será garantida a funcionárias da empresa que aderir ao programa "Empresa Cidadã", previsto na nova lei.

O que as trabalhadoras poderão fazer se a empresa não quiser oferecer o benefício?

Poderão pressionar suas empresas. Sindicatos, federações e centrais sindicais poderão incluir o benefício em suas negociações de acordo coletivo.

A prorrogação será oferecida no serviço público?

A administração pública, direta, indireta e fundacional está, pelo projeto, autorizada a instituir programa que garanta prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras.

Como ficam as servidoras estaduais e municipais?

A licença-maternidade precisa ser ampliada pelo Executivo de cada estado e de cada município. Com a campanha deflagrada pela senadora e pela SBP, muitos já fizeram isso. São mais de 100 municípios, 12 estados e o Distrito Federal que concedem o benefício ampliado às suas servidoras.

A trabalhadora receberá o benefício integral?

Sim, na prorrogação da licença-maternidade, ela terá direito à sua remuneração integral.

A empresa privada receberá contrapartida do governo?

Sim, poderá deduzir de impostos federais o total da remuneração integral da empregada.

Quando passará a vigorar o novo benefício?

A senadora Patrícia propôs que entrasse em vigor em 2009. Ela apresentou emenda para que o cálculo da isenção fiscal fosse incluído no Orçamento para 2009. No entanto, com a crise mundial, os gastos orçamentários foram cortados e a emenda acabou não sendo acatada. Portanto, o benefício só deve começar a valer para as trabalhadoras da iniciativa privada a partir de 2010.

Como a funcionária poderá requerer os dois meses adicionais?

Deverá requerer até o final do primeiro mês depois do parto. Assim, a prorrogação será concedida imediatamente após a licença-maternidade paga pela Previdência.

E as funcionárias públicas?

Segundo decisão da Justiça Federal, a aplicação no serviço público é imediata. Apesar disso, o governo federal editou decreto regulamentando os seis meses.

Há restrições no benefício?

A empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada durante a prorrogação e a criança não poderá ser mantida em creche.

A medida vale para crianças adotadas?

Sim. A prorrogação será garantida, na mesma proporção, também nesses casos.

■ O ANIVERSÁRIO DE 18 ANOS DO ECA

Uma das legislações mais avançadas do mundo no que diz respeito à defesa dos direitos da população infanto-juvenil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 18 anos em 2008. A Frente Parlamentar em Defesa

da Criança e do Adolescente, coordenada pela senadora Patrícia, e um grupo de organizações governamentais, não-governamentais e organismos internacionais se mobilizaram e lançaram, em julho, no Congresso Nacional, uma plataforma com 18 propostas na área da infância e da adolescência para os candidatos e candidatas às prefeituras e Câmaras Municipais.

Intitulado **"Estatuto da Criança e do Adolescente: 18 anos, 18 Compromissos – A criança e o adolescente no centro da gestão municipal"**, o documento reúne sugestões em áreas como saúde, educação, esportes, cultura, lazer, combate à violência doméstica, à exploração sexual e ao trabalho infantil. O primeiro compromisso deixa claro que é fundamental assegurar recursos no Orçamento Municipal para as políticas públicas destinadas à infância e à adolescência. "Não é raro vermos políticos colocando crianças no colo em campanhas eleitorais. Mas na hora de batalhar por mais recursos para os programas sociais no Orçamento, na hora de fiscalizar as políticas públicas, na hora de aprovar projetos sintonizados com os direitos das nossas crianças, poucos se aventuram", destacou Patrícia Saboya. "Essa é uma luta árdua, complexa e encarada por muitos como um tema de segunda classe. Mas, para mim, é central. É, como diz a nossa Constituição, prioridade absoluta", afirmou Patrícia.

A plataforma para candidatos e candidatas às eleições municipais traz propostas para melhorar o funcionamento dos Conselhos Tutelares e de Direitos; ampliar o acesso das crianças à Educação Infantil; aprimorar a qualidade do Ensino Fundamental e combater a evasão escolar; melhorar o atendimento no pré-natal, parto e pós-parto; aumentar a licença-maternidade para seis meses; combater a violência doméstica, o trabalho infantil e a exploração sexual; investir nas famílias; promover a saúde, o esporte, a cultura e o lazer; garantir a participação de meninos e meninas nas decisões do município, entre outros pontos.

A senadora Patrícia e a deputada Maria do Rosário (PT-RS), coordenadoras da Frente, foram as primeiras candidatas a assinarem o documento, durante a solenidade realizada no Congresso Nacional. Depois, em um evento com os candidatos à prefeitura de Fortaleza, Patrícia Saboya reafirmou seu compromisso com a infância e a adolescência, assinando novamente a plataforma. O docu-



Senadora participa das comemorações dos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Congresso Nacional

mento foi intensamente discutido nas cidades brasileiras em audiências públicas realizadas pelos Conselhos Municipais de Direitos da Criança, fóruns de defesa da população infanto-juvenil e grupos parlamentares que atuam nessa área (*confira os 18 compromissos no box abaixo*).

18 ANOS DO ECA, 18 COMPROMISSOS

Diversas organizações que atuam na defesa da infância e da adolescência se uniram, no momento em que comemoramos o aniversário de 18 anos do ECA, para propor a candidatos e candidatas às eleições municipais 18 compromissos que contribuirão para a construção de um País melhor, mais justo e mais solidário. Confira abaixo essa lista e cobre dos prefeitos e prefeitas eleitos o cumprimento dessas ações.

Compromisso 1 – Assegurar recursos no Orçamento Municipal para as políticas públicas voltadas à infância e adolescência.

Ação - Criar normativas que fixem percentuais mínimos de execução orçamentária. Definir critérios que viabilizem a transparência e a participação da sociedade civil e das próprias crianças e adolescentes na discussão, elaboração e execução do Orçamento.

Compromisso 2 – Garantir o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Se não existir o Conselho, o seu compromisso é criá-lo.

Ação – A criação do Conselho de Direitos se dá por meio de uma lei a ser encaminhada para a Câmara de Vereadores. Se o seu município já criou o CMDCA, seu compromisso será fortalecê-lo garantindo a capacitação dos conselheiros, a regulamentação e a destinação de recursos do Orçamento Municipal para o Fundo dos Direitos da Criança. Além disso, é importante assegurar a participação ativa de representantes governamentais que juntamente com os representantes da sociedade civil vão deliberar sobre as políticas municipais necessárias para garantir os direitos das crianças do município.

Compromisso 3 – Garantir o pleno funcionamento dos Conselhos Tutelares ou criá-los onde não existam.

Ação – Destinar recursos específicos no Orçamento Municipal para estruturar os Conselhos Tutelares e qualificar seus conselheiros.

Compromisso 4 – Ampliar o acesso das crianças de zero a cinco anos à Educação Infantil de qualidade.

Ação – Construir, equipar e manter adequadamente mais creches e pré-escolas, com prioridade para as áreas mais vulneráveis, visando aumentar a oferta de vagas na rede municipal de Educação Infantil.

Compromisso 5 – Melhorar a qualidade do Ensino Fundamental e combater a evasão escolar.

Ação – Investir na qualificação dos profissionais de educação; na construção, reforma e ampliação das escolas; no intercâmbio direto com o MEC com vistas à atualização e melhoria do material didático, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); criar mecanismos para envolver a família e a comunidade no enfrentamento da evasão escolar, incentivando a formação de instâncias de participação dos alunos, como os grêmios estudantis, e da família, como as Associações de Pais.

Compromisso 6 – Melhorar o atendimento no pré-natal, parto e pós-parto.

Ação – Fortalecer a rede municipal de atenção básica à saúde e implementar políticas públicas capazes de oferecer assistência mais humanizada a gestantes e bebês. Incentivar a amamentação exclusiva no peito da mãe até o sexto mês de vida da criança.

Compromisso 7 – Assegurar a ampliação da Licença-Maternidade de quatro para seis meses.

Ação – Apresentar projetos de lei à Câmara de Vereadores propondo a licença-maternidade de seis meses.

Compromisso 8 – Propiciar condições para que a família ofereça ambientes pacíficos, seguros e adequados ao desenvolvimento integral de seus filhos e se fortaleça como Família que Protege.

Ação – Implementar políticas públicas integradas de apoio às famílias e fortalecimento do ambiente familiar, oferecendo atividades, apoio no que for necessário e formação para que os pais e/ou responsáveis pelas crianças e adolescentes estejam melhor preparados para administrar os diferentes conflitos dentro de casa.

Compromisso 9 – Assegurar a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes apoiando suas famílias e suas comunidades com políticas, programas e serviços.

Ação – Viabilizar políticas públicas de planejamento familiar e assistência psicossocial aos grupos vulneráveis, como, por exemplo, pessoas com dependência química e alcoolismo. Promover a geração de emprego e renda para os adultos, oferecendo condições necessárias para evitar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias.

Compromisso 10 – Combater a violência doméstica caracterizada pelos maus-tratos físicos e psicológicos, negligência e abuso sexual.

Ação – Realizar campanhas públicas de esclarecimento sobre a necessidade de denunciar tais situações, qualificar os profissionais das redes de saúde, educação, assistência social e os conselheiros tutelares para identificar esses casos e prestar o atendimento adequado às crianças, adolescentes e suas famílias.

Compromisso 11 – Prevenir e enfrentar a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes em todas as suas manifestações.

Ação – Mapear a situação no município. Fortalecer os mecanismos de repressão desses crimes e responsabilização dos culpados, aprimorando também a rede de proteção social das crianças e adolescentes. Adotar políticas públicas de prevenção do problema e atendimento das vítimas e de suas famílias.

Compromisso 12 – Prevenir, combater e erradicar do município o trabalho infantil em todas as suas formas.

Ação – Mapear a situação no município, identificando crianças e adolescentes explorados. Investir na criação de uma rede de Educação Integral Inclusiva, implementando, no turno complementar ao das aulas formais, atividades educacionais, esportivas e culturais. Oferecer programas de geração de emprego e renda para os adultos das famílias.

Compromisso 13 – Desenvolver políticas específicas para ampliar as oportunidades de participação e reduzir a vulnerabilidade dos adolescentes.

Ação – Implementar políticas públicas de qualificação e geração de emprego e renda, oferecendo cursos profissionalizantes articulados com a conclusão do ensino fundamental e o acesso ao ensino médio, sintonizados com o mundo de trabalho da região, preparando os adolescentes para o primeiro emprego, o empreendedorismo e a sua realização profissional.

Compromisso 14 – Promover a saúde de crianças e adolescentes.

Ação – Criar ou fortalecer ações de assistência integral à saúde de meninos e meninas, garantindo a implementação efetiva de estratégias como o Programa Nacional de Vacinação Infantil e prevenindo problemas como gravidez não planejada, dependência química, depressão, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros.

Compromisso 15 – Destinar recursos e criar espaços para atividades culturais, esportivas e de lazer, voltadas para crianças e adolescentes.

Ação – Organizar atividades, programas e políticas de incentivo à valorização da cultura local, da prática de esportes e de iniciativas comunitárias de lazer e recreação, melhorando os espaços e equipamentos existentes ou criando novos.

Compromisso 10 – Combater a violência doméstica caracterizada pelos maus-tratos físicos e psicológicos, negligência e abuso sexual.

Ação – Realizar campanhas públicas de esclarecimento sobre a necessidade de denunciar tais situações, qualificar os profissionais das redes de saúde, educação, assistência social e os conselheiros tutelares para identificar esses casos e prestar o atendimento adequado às crianças, adolescentes e suas famílias.

Compromisso 11 – Prevenir e enfrentar a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes em todas as suas manifestações.

Ação – Mapear a situação no município. Fortalecer os mecanismos de repressão desses crimes e responsabilização dos culpados, aprimorando também a rede de proteção social das crianças e adolescentes. Adotar políticas públicas de prevenção do problema e atendimento das vítimas e de suas famílias.

Compromisso 12 – Prevenir, combater e erradicar do município o trabalho infantil em todas as suas formas.

Ação – Mapear a situação no município, identificando crianças e adolescentes explorados. Investir na criação de uma rede de Educação Integral Inclusiva, implementando, no turno complementar ao das aulas formais, atividades educacionais, esportivas e culturais. Oferecer programas de geração de emprego e renda para os adultos das famílias.

Compromisso 13 – Desenvolver políticas específicas para ampliar as oportunidades de participação e reduzir a vulnerabilidade dos adolescentes.

Ação – Implementar políticas públicas de qualificação e geração de emprego e renda, oferecendo cursos profissionalizantes articulados com a conclusão do ensino fundamental e o acesso ao ensino médio, sintonizados com o mundo de trabalho da região, preparando os adolescentes para o primeiro emprego, o empreendedorismo e a sua realização profissional.

Compromisso 14 – Promover a saúde de crianças e adolescentes.

Ação – Criar ou fortalecer ações de assistência integral à saúde de meninos e meninas, garantindo a implementação efetiva de estratégias como o Programa Nacional de Vacinação Infantil e prevenindo problemas como gravidez não planejada, dependência química, depressão, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros.

Compromisso 15 – Destinar recursos e criar espaços para atividades culturais, esportivas e de lazer, voltadas para crianças e adolescentes.

Ação – Organizar atividades, programas e políticas de incentivo à valorização da cultura local, da prática de esportes e de iniciativas comunitárias de lazer e recreação, melhorando os espaços e equipamentos existentes ou criando novos.

Compromisso 16 – Assegurar a participação de crianças e adolescentes nas decisões políticas do município.

Ação – Incentivar meninos e meninas a estarem presentes nos Conselhos de Direitos criando um espaço específico de escuta e participação. Promover atividades que facilitem sua participação na elaboração do Orçamento Municipal. Criar Ouvidoria na cidade, coordenada por adolescentes, cuja missão será receber as sugestões de meninos e meninas.

atividades que facilitem sua participação na elaboração do Orçamento Municipal. Criar Ouvidoria na cidade, coordenada por adolescentes, cuja missão será receber as sugestões de meninos e meninas.

Compromisso 17 – Assegurar a municipalização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida, semi-liberdade e prestação de serviços à comunidade), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo).

Ação – Criar programa municipal, pela administração direta ou em parceria, com ações intersetoriais. Construir retaguarda de atendimento dos adolescentes em conflito com a lei e egressos da internação, visando envolver a comunidade e oferecendo-lhes alternativas concretas para a construção de um novo projeto de vida, baseado em valores como a cidadania, a ética, o respeito, a honestidade e a solidariedade.

Compromisso 18 – Promover a igualdade social com ações que valorizem a diversidade de raça, etnia, gênero, orientação sexual e manifestação religiosa e estratégias de inclusão das pessoas com deficiência.

Ação – Promover atividades educacionais e culturais que valorizem a diversidade. Garantir a acessibilidade arquitetônica e preparar a rede de ensino para a inclusão das pessoas com deficiência.

Projetos Prioritários

No mesmo evento, a Frente Parlamentar e as organizações do movimento social lançaram um documento com 18 proposições que devem merecer votação prioritária no Congresso Nacional. Na lista, há proposições como a que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo de adolescentes infratores (Sinase), as que prevêm o aumento das licenças-maternidade e paternidade, as apresentadas pela CPMI da Exploração Sexual, além de projetos na área de educação, combate à violência doméstica e ao trabalho infantil. Na ocasião, foi exibida ainda a campanha de comunicação elaborada para o aniversário de 18 anos do Estatuto.

Sessão Solene e discussão no Judiciário

Foi realizada ainda uma sessão de comemoração dos 18 anos do ECA, presidida pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que contou com a presen-

ça de parlamentares; autoridades federais, como o ministro Paulo Vanucchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos; representantes de ONGs, organismos internacionais e adolescentes. A integrante do Comitê da ONU para os Direitos da Criança, Rosa Maria Ortiz, também participou da solenidade.

Durante as comemorações do 18º aniversário do ECA, Patrícia Saboya participou ainda de seminário promovido no Supremo Tribunal Federal. Na abertura do seminário, Patrícia destacou a importância do Estatuto para a garantia dos direitos dos mais de 60 milhões de crianças e adolescentes brasileiros. Ela lembrou que, infelizmente, ainda não há uma relação mais próxima entre o que determina a lei e a realidade. "Muitas vezes ouço a crítica de que o ECA é uma ferramenta moderna demais. Ora, isso é um contra-senso. É como se o Brasil tivesse que se espelhar naquilo que é mais antigo. É como se um médico não pudesse dar os remédios mais avançados e modernos aos seus pacientes", comparou Patrícia Saboya.



Patrícia Saboya, ao lado do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, no seminário sobre a maioria do ECA

Para ela, apesar de termos algumas conquistas a comemorar, ainda é necessário avançar bastante na luta para que os direitos infanto-juvenis sejam efetivamente respeitados. "Muitos não compreendem o valor e a importância da infância e da adolescência. Nossos meninos e meninas são o maior patrimônio da Nação. Precisam ser valorizados e protegidos acima de tudo", disse Patrícia.

O presidente do Supremo e do CNJ, ministro Gilmar Mendes, ressaltou que o desafio permanente de todos os atores sociais e políticos é fazer a constante interlocução entre o que prevê a norma e a realidade. Ele disse que o principal norteador das políticas públicas do Estado brasileiro deve ser o preceito constitucional da prioridade absoluta às crianças e adolescentes.

■ COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL

Patrícia Saboya também participou ativamente, em 2008, das atividades e das mobilizações em torno do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, como vem fazendo desde que assumiu seu mandato de senadora, em 2003.

Na semana do Dia 18 de Maio (Data Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual), a Frente Parlamentar organizou uma Caminhada Luminosa – ato de protesto contra a violência que atinge crianças e adolescentes de todo o Brasil. Parlamentares, jovens e religiosos de diversas denominações percorreram o trajeto entre a Praça dos Três Poderes e a entrada do Congresso Nacional levando velas, enquanto crianças e adolescentes do Projeto Giração tocavam instrumentos de percussão.

Patrícia Saboya lembrou que a violência contra crianças e adolescentes ainda é "uma ferida aberta" na sociedade brasileira, para a qual todos precisam abrir os olhos. "Que sociedade é essa que, em vez de acolher e proteger, maltrata e leva crianças para caminhos sombrios?", perguntou ela.



Sérgio Francés

Ao lado de adolescentes, senadora protesta contra a violência sexual

Pedofilia

Referência no Congresso para os assuntos da infância, de modo geral, e para as questões relativas à violência sexual, em particular, a senadora foi homenageada pela CPI da Pedofilia do Senado durante a sessão em que a comissão recebeu do diretor de Comunicações do Google, Félix Ximenes, dados de 3.261 perfis privados do Orkut suspeitos de conter material pedófilo. "Nada mais justo do que homenagear a senadora Patrícia. A comissão presidida por ela produziu um relatório muito importante. Estamos trazendo parte de suas conclusões para esta CPI dar prosseguimento aos trabalhos realizados", disse o senador Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI da Pedofilia, referindo-se ao trabalho realizado pela CPMI da Exploração Sexual, entre 2003 e 2004.

Patrícia considerou a abertura de informações do Orkut pelo Google um "enorme avanço" na luta contra a pedofilia. "Essa comissão está conseguindo mobilizar homens e mulheres de bem no combate a uma das piores violações de

direitos humanos de crianças e adolescentes”, afirmou a senadora, lembrando que a CPMI presidida por ela, que visitou 22 estados e pediu o indiciamento de mais de 200 pessoas, teve como uma de suas principais conquistas o fato de ter acreditado na palavra das próprias crianças, vítimas de violência sexual.

Em novembro, Patrícia Saboya participou ativamente do III Congresso Mundial sobre Exploração e Abuso Sexual, promovido no Rio de Janeiro, entre os dias 25 e 28. Esta foi a primeira vez que um encontro desse tipo se realizou em um país em desenvolvimento. A semana do evento começou com um jantar oferecido à Rainha Sílvia, da Suécia, presidente do Instituto WCF, ONG que se dedica ao combate à violência sexual. Na mesma noite, a senadora foi homenageada durante a Mostra de Cinema sobre abuso e exploração sexual. Na terça-feira, ela participou da abertura do Congresso, que reuniu cerca de três mil pessoas de todo o mundo. Finalmente, na quinta, a senadora falou no Congresso sobre a experiência da CPMI da Exploração Sexual, presidida por ela entre 2003 e 2004.



Sérgio Francês

Patrícia participa da "Caminhada Luminosa" contra a exploração sexual de crianças e adolescentes

Emendas ao Orçamento

Em parceria com senadores e deputados da Frente Parlamentar, Patrícia Saboya apresentou emendas ao Orçamento de 2009 para apoiar programas destinados à população infanto-juvenil. Uma das emendas apresentadas destinava recursos ao projeto da Secretaria Especial de Direitos Humanos para apoiar o chamado "Depoimento Sem Dano", que visa proteger crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes, em doze estados brasileiros. Infelizmente, a emenda não foi acatada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado.

A senadora também apresentou emenda para apoiar as ações dos Comitês Nacional e Estaduais de Enfrentamento à Violência Sexual. O objetivo é fortalecer, cada vez mais, a articulação de redes locais, estaduais, regional e nacional para o combate a essa grave violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Outra emenda sugerida por Patrícia Saboya, no valor de R\$ 550 milhões, teve por objetivo ajudar a ampliar a rede de creches e pré-escolas em todo o Brasil. A proposta foi acatada pela Comissão de Educação, junto com outras emendas de parlamentares que visavam reforçar as ações voltadas para o Ensino Público no País.



Cristina Lacerda

Patrícia Saboya é homenageada na I Mostra Internacional de Cinema sobre Exploração Sexual, no Rio de Janeiro

A senadora também apresentou emenda de R\$ 27 milhões para melhorar a fiscalização do trabalho infantil, que foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais da Casa. Na Comissão de Direitos Humanos, Patrícia Saboya apresentou emenda de R\$ 13 milhões para programas de capacitação e especialização de técnicos e agentes sociais em acessibilidade. A proposta foi aprovada pela Comissão, agrupada com outras emendas sobre o mesmo tema.

Todas essas emendas, para que pudessem vigorar, ainda precisariam passar pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Violência e juventude

Em novembro, a senadora Patrícia recebeu a visita, em seu gabinete, do pesquisador americano Forrest A. Novy, professor da Universidade do Texas e especialista no tema "Adolescentes em conflito com a lei". O senador Flávio Arns (PT-PR) também participou da reunião.

Novy, que é diretor do Instituto Interamericano sobre Justiça Juvenil, veio ao Brasil para divulgar o trabalho da entidade, criada em junho de 2008, e estabelecer parcerias com organizações que atuam nessa área aqui no País. A idéia do pesquisador é transformar o Instituto em um grande centro de pesquisas e troca de experiências entre os países das Américas no que diz respeito ao atendimento dos adolescentes em conflito com a lei.

Coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Senado, Patrícia falou sobre o sistema brasileiro e ressaltou que um dos temas mais polêmicos nesse campo é o debate em torno da redução da maioria penal. "Infelizmente, quase 90% dos brasileiros acham que a solução para a violência é diminuir a idade penal para 16 anos. Essa é uma discussão delicada e complexa que costuma voltar à tona sempre que acontece algum crime bárbaro envolvendo a participação de adolescentes", explicou a senadora. "Sabemos que esse não é o caminho. Temos experiências maravilhosas aqui no Brasil com a adequada aplicação das medidas sócio-educativas. E, nesses casos, a reincidência é baixíssima", completou Patrícia.

Flávio Arns e Patrícia Saboya se comprometeram a viabilizar a parceria de organizações brasileiras com o Instituto Interamericano. A intenção é que seja criada, no Brasil, uma rede de pessoas e entidades que lidam com o tema do adolescente em conflito com a lei para atuar em sintonia com o Instituto.



Senadora recebe a visita do pesquisador americano Forrest Novy, ao lado do senador Flávio Arns (PT-PR)

J. Freitas / Agência Senado



Atuação Legislativa

Patrícia Saboya obteve sucessivos êxitos na sua ação parlamentar em 2008, destacando-se a transformação em lei do projeto que amplia para seis meses a licença-maternidade e a aprovação, pelo Senado, da licença-paternidade de 15 dias

Uma conquista extremamente importante na atividade parlamentar da senadora Patrícia Saboya em 2008 foi a transformação em lei do projeto que amplia a licença-maternidade para seis meses. Sancionado pelo presidente Lula, o projeto que cria a Empresa Cidadã, a que se compromete com essa ampliação da licença-maternidade, tornou-se a lei 11.770/08, que estabelece o benefício ampliado em caráter facultativo para as trabalhadoras da iniciativa privada e de forma autorizativa para as servidoras públicas federais (*leia mais no capítulo Compromisso com a Infância e a Adolescência*).

O Senado aprovou outro projeto de extremo destaque, o que regulamenta a licença-paternidade. Hoje, essa licença está garantida pela Constituição, mas fixada provisoriamente em cinco dias, até que se vote legislação complementar. Foi o que propôs a senadora Patrícia Saboya. Nos termos do projeto que apresentou, a licença-paternidade é fixada em quinze dias consecutivos, sem prejuízo do emprego e do salário, iniciando-se no primeiro dia subsequente ao nascimento

e independe de autorização do empregador, bastando a sua notificação acompanhada da certidão de nascimento. Proíbe ainda a demissão do beneficiário. Entidades sociais de todo o País consideraram o projeto um grande avanço, na medida em que consagra uma importante conquista social. O projeto da senadora foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável do senador Flávio Arns, em 06 de agosto de 2008, na semana do Dia dos Pais. Foi remetido à Câmara dos Deputados no dia 27 de agosto. Uma vez aprovado pela Câmara, a exemplo do que ocorreu com a ampliação da licença-maternidade, bastará a sanção presidencial para que se transforme em lei.

Punição contra violência sexual

Também registraram avanços relevantes outras proposições apresentadas pela senadora. É o caso do projeto nº 491/03, que altera o Código Penal para estabelecer hipótese de ação pública em caso de abuso, violência e exploração sexual, se a vítima for menor de dezoito anos e o crime foi cometido mediante fraude, grave ameaça, ou violência real ou presumida. O projeto já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

A Constituição Federal, no seu art. 227, § 4º, determina que "a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente", mas os operadores do direito têm esbarrado na legislação penal para cumprir esse preceito. Um dos maiores entraves tem sido o art. 225 do Código Penal, segundo o qual, nos crimes contra os costumes só se procede mediante queixa. A regra, nesses casos, é a ação penal privada. A senadora Patrícia argumenta que tais condições têm sido insuficientes para eliminar o abuso sexual contra meninos e meninas. Patrícia explica que mais de 90% desses casos são cometidos por familiares ou alguém que desfruta da confiança da criança ou do adolescente. Assim, na grande maioria das situações, instala-se, na família, um pacto de silêncio em torno desses crimes e dificilmente eles são denunciados.

O projeto de Patrícia Saboya proporciona uma solução para isso ao permitir que a ação penal seja pública, incondicionada, no caso de a vítima ser me-

nor de dezoito anos e o crime ter sido cometido mediante fraude, grave ameaça, ou violência real ou presumida. Dessa forma, autoriza um combate mais efetivo aos crimes contra a liberdade sexual. Pela proposta de Patrícia, o Ministério Público tem a obrigação de agir ao tomar conhecimento do crime.



Célio Azevedo / Agência Senado

Patrícia faz a defesa de seus projetos nas comissões temáticas do Senado

Também foi aprovado, pela Comissão de Educação, o projeto de lei complementar nº 481/07, apresentado pela senadora Patrícia Saboya para incluir as creches e pré-escolas no regime do Simples Nacional, reduzindo a carga tributária incidente sobre elas e reduzindo a burocracia para cálculo e recolhimento de impostos. As instituições de Educação Infantil – que atendem crianças de até cinco anos de idade – foram esquecidas pela nova lei do Simples. Com isso, não apenas enfrentam maior burocracia, como passaram a recolher mais imposto. A senadora procurou corrigir a distorção com esse projeto, que precisa ser examinado ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos

Avançou em sua tramitação o projeto nº 311/06, com o qual a senadora Patrícia Saboya procura evitar distorção no uso de livros didáticos, como a exigên-

cia de aquisições desnecessárias por parte dos alunos, a concentração das compras públicas em empresas das regiões mais desenvolvidas do País ou a adoção de material inconveniente para o ensino. Foi uma preocupação da senadora evitar restrições que caracterizem obscurantismo ou intromissões indevidas na liberdade acadêmica. Nesse sentido, o projeto altera a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, para conferir à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação a atribuição de deliberar sobre a política de livro didático e colaborar na sua execução, de forma a impedir abusos ou distorções em sua utilização. O projeto já recebeu parecer favorável do relator César Borges e chegou a ser incluído na pauta da Comissão de Constituição e Justiça.

Novos projetos de lei

A senadora Patrícia ainda apresentou uma série de novos projetos no decorrer de 2008. Entre eles, está a proposta de emenda constitucional de nº 32, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional. Trata-se de iniciativa que pretende garantir proteção à caatinga, um dos ecossistemas mais agredidos to País, colocando-o entre os demais já protegidos por norma constitucional, como a Floresta Amazônica ou a Mata Atlântica. A caatinga foi esquecida pela Assembleia Nacional Constituinte, embora cubra uma ampla área do território nacional e seja um dos mais vulneráveis biomas do Brasil. A emenda da senadora garante-lhe proteção, ao colocá-lo como patrimônio nacional.

Patrícia Saboya apresentou o projeto de lei nº 90/08 que inclui parágrafo no art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para estabelecer gratuidade para a expedição e revalidação de diplomas. De acordo com essa proposta, considera-se que o custo da expedição e da revalidação dos diplomas, no caso da escola particular, já está coberto pelas anuidades desembolsadas pelos alunos e, no caso da escola pública, constitui um serviço a ser prestado juntamente com o ensino ministrado.

Já o projeto de lei nº 227/08, igualmente apresentado por Patrícia Saboya em 2008, define práticas preventivas nos cuidados com a saúde e estabelece nor-

mas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde. Com ele, a senadora procura qualificar os serviços de saúde prestados aos jovens de todo o País. O projeto estabelece padrões para o atendimento médico da criança e do adolescente pelas operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, exigindo que sejam tratadas por pediatras, enumerando uma série de procedimentos obrigatórios, desde saúde bucal até avaliação de cuidados domiciliares. A idéia, com essas proposições, apresentadas em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria, é investir na prevenção da saúde e do bem-estar de meninos e meninas.

Outro projeto da senadora, o de nº 269/08, dispõe sobre incentivos às Políticas Públicas de Juventude executadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos. A proposta autoriza o contribuinte pessoa física e jurídica a deduzir do imposto de renda as doações e patrocínios efetuados a entidades privadas sem fins lucrativos, vinculadas às Políticas Públicas de Juventude, na faixa de idade entre 15 a 29 anos. Hoje, os benefícios alcançam apenas entidades que atinjam a faixa até 18 anos. Foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A senadora apresentou ainda o projeto de lei nº 323/08, estabelecendo Escola em Tempo Integral, na rede pública de ensino, ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A proposta de Patrícia Saboya amplia a carga horária do Ensino Fundamental e médio, assim como estabelece regime de tempo integral para a Educação Infantil, fixando prazo de oito anos para que a medida entre em vigor.

Mais um projeto apresentado pela senadora estabelece que a separação e o divórcio consensuais, não havendo filhos menores ou incapazes do casal, e observados os requisitos legais quanto aos prazos, poderão ser requeridos ao juiz por via eletrônica. Essa fórmula mais rápida e imediata para se proceder ao divórcio permite que, nessa petição, já se definam as disposições relativas à descricção e partilha dos bens comuns, à pensão alimentícia e aos nomes, se tiverem sido alterados com o casamento. Patrícia argumenta, ao justificar essa proposta, que a realidade do cidadão do terceiro milênio difere da experimentada na pri-

meira metade do século passado, quando não se podia prescindir do processo em papel. Hoje, as videoconferências permitem que pessoas localizadas em diferentes países se reúnam, simultaneamente. O preso, para prestar depoimento, em alguns casos já não precisa ser deslocado das penitenciárias aos tribunais. Os bancos promovem a descentralização do atendimento pela oferta de terminais eletrônicos que permitem a realização de saques, depósitos, consultas, transferências e aplicações, em qualquer dia da semana. Não há razão, portanto, para que essa simplificação não possa se estender ao Direito de Família.

Atuação na Comissão de Assuntos Sociais

A senadora Patrícia Saboya preside a Comissão de Assuntos Sociais, uma das mais importantes do Senado. Nessa condição, garantiu a aprovação de projetos vitais para o Brasil e para a melhoria das condições de vida da população. Um exemplo pode ser dado pelo projeto, já transformado em lei, que estabelece diretrizes para o reajuste do salário mínimo, na prática garantindo-lhe reajustes



O estudante cearense Ricardo Oliveira é homenageado pela senadora na CAS

reais de valor em todas as correções aplicadas até 2023. A Comissão apreciou mais de uma centena de proposições legislativas e de requerimentos, além de realizar audiências públicas sobre questões relevantes como o risco de epidemias de dengue ou a regulamentação de profissões.

Um momento marcante nas atividades da Comissão de Assuntos Sociais foi o comparecimento do estudante cearense Ricardo Oliveira, de 19 anos, ganhador de duas medalhas de ouro nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas. Em tocante depoimento aos senadores da Comissão, Ricardo disse que pretende atuar na área de ciências exatas. Comentou que sua vida não foi "muito fácil" e que sempre se dedicou bastante aos estudos. Presidente da CAS e autora do convite ao estudante, a senadora Patrícia Saboya disse que Ricardo é um símbolo de determinação, obstinação e luta. "Ele é motivo de orgulho para todos nós, brasileiros e cearenses, e está dando aqui uma verdadeira lição de vida", destacou Patrícia, acrescentando que a Educação é a principal porta para a construção de um Brasil melhor e mais justo.

Ricardo dedicou a sua mãe, Francisca Antônia da Conceição Oliveira, todas as conquistas que alcançou. Também agradeceu o esforço e a atenção de seu pai, Joaquim de Oliveira da Silva, a quem se referiu como "braço direito, guarda-costas e secretário". Ricardo foi alfabetizado pela mãe e só entrou na escola aos 17 anos. O adolescente tem uma história de superações e conquistas. Filho de agricultores e morador de Várzea Alegre, no Ceará, ele nasceu com uma doença neurológica que atrofia a medula espinhal e causa fraqueza nos músculos.

A homenagem, marcada pela emoção, contou com a presença do presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN). "Só tenho palavras de elogio para a Comissão, pela iniciativa de trazê-lo aqui, com seus pais e o prefeito de Várzea Alegre, para dizer que ele é realmente o melhor. Ele é o cara. Você é impressionante, Ricardo. O seu Joaquim Oliveira da Silva, seu pai, que construiu um pequeno carrinho de mão para levá-lo à escola, sua mãe, Francisca Antonia da Conceição, que cuidou da sua alfabetização. Vocês são exemplares", afirmou Garibaldi.

Em dezembro de 2008, o infectologista David Uip e o neurologista Rogério Tuma participaram de audiência pública na CAS em que apresentaram os resultados positivos do "Projeto de Prevenção da Transmissão Materno-Fetal do Vírus da Aids", implementado em 2003 em Angola, na África por uma equipe de médicos brasileiros. Menos de 3% das mulheres grávidas portadoras do vírus da Aids que participam de programa tiveram seus filhos infectados pela doença. No restante da África, quase metade das mães infectadas transmite Aids ao feto. O programa já atendeu 1.200 angolanas, cujos filhos são acompanhados por pelo menos um ano e meio, conforme explicações de David Uip, presidente da Fundação Zerbini e diretor-executivo do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. O trabalho, iniciado em 2002, é hoje uma referência e motiva parcerias com outros países africanos, como Congo e Cabo Verde, disse.

David Uip afirmou ainda, na audiência pública, que há uma banalização da pandemia da Aids por parte da população jovem brasileira. Para o médico, que



Márcia Kalume / Agência Senado

Senadora, na CAS, entre os médicos David Uip e Rogério Tuma

foi um dos primeiros a discutir políticas públicas para controlar a doença no País, não tem sido possível mudar o comportamento das pessoas que, ao longo das mais de duas décadas desde que a epidemia de Aids foi detectada, não deixaram de usar drogas e de praticar o sexo sem segurança. "Os nossos jovens banalizaram a pandemia. Eles não viram a geração anterior que morreu por causa dessa doença", afirmou Uip.

O infectologista desanimou os otimistas que acreditam que uma vacina anti-Aids estará disponível em um futuro próximo. Segundo ele, não haverá vacina contra o vírus HIV nos próximos anos. Outro problema diz respeito à rigidez orçamentária da saúde pública brasileira. Enquanto o orçamento continua praticamente o mesmo, o número de remédios benéficos contra a Aids que surge é cada vez maior.

Patrícia Saboya foi também relatora de uma série de projetos nas comissões que integra. Foi a responsável pela aprovação, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de projeto determinando que os cursos dirigidos a professores da educação básica e os de Pedagogia incluam formação e qualificação para que esses profissionais possam identificar sinais de maus-tratos, negligência e abuso sexual de crianças e adolescentes. Em seu parecer, Patrícia Saboya alertou para o crescimento dos casos de violência contra crianças e adolescentes no Brasil e considerou o diagnóstico rápido um fator essencial para aumentar a eficiência das medidas de combate às agressões contra meninos e meninas.

Pronunciamentos

Durante sessão solene do Congresso para comemorar o 18º aniversário de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado no dia 13 de julho de 1990, a senadora Patrícia Saboya – que falou na qualidade de presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente – lembrou estar na Constituição o embrião do Estatuto. De acordo com ela, coube à Frente, criada em 1993, a tarefa de lutar por sua implementação. A senadora

garantiu que o ECA representa uma lei "que pegou, sim", apesar do ceticismo e da pouca solidariedade de algumas autoridades. "No Brasil, o Estado é o maior infrator contra os direitos das crianças, porque os entes federativos não garantem condições mínimas e seguras para que elas possam brincar livremente nas ruas, freqüentar escolas de qualidade, ter boa alimentação e moradia decente", protestou. A senadora disse ainda que o País precisa tomar conta das crianças, e não permanecer indiferente aos "pequenos que trabalham nos faróis e exibem seus corpos nas ruas para atrair clientes". Sem escola de qualidade e de acesso público que proporcione conhecimento, chance de formação e de profissão futura e possibilidades para lazer, cultura e esporte, a sociedade perderá a adrenalina que fará falta ao Brasil, concluiu a senadora.

Também da tribuna do Senado, Patrícia Saboya defendeu a aprovação do projeto de lei que cria um piso salarial para os professores de todo o Brasil. O projeto, já transformado em lei, cria um patamar básico para os vencimentos de todos os professores, tanto dos municípios quanto dos Estados e do governo federal. Ao



Moreira Mariz / Agência Senado

Patrícia no plenário: articulação para aprovar matérias de alcance social

recomendar a aprovação da proposta, Patrícia afirmou que a educação de qualidade favorece a formação de um País mais justo. A medida, segundo ela, beneficiará, sobretudo, os professores das regiões mais pobres, como o Nordeste. É nessas regiões que há mais professores com salários inferiores ao atual piso.

Em sessão solene convocada a partir de um requerimento da senadora Patrícia Saboya, o Senado Federal homenageou os 80 anos do jornal cearense O Povo. Primeira a se pronunciar, Patrícia Saboya fez um histórico da trajetória do jornal, desde os anos 20, quando O Povo foi criado já com modernos padrões de programação visual e de texto, até os dias atuais, em que a publicação possui diversos cadernos temáticos e oferece em sua versão on line interatividade com o público leitor. Segundo a senadora, o Povo sempre se destacou pela "defesa intransigente da liberdade e pelo amor ao Ceará". Seu criador, Demócrito Rocha, "demonstrava combatividade", e investia na contratação de "grandes figuras das letras cearenses", como Raquel de Queiroz, por exemplo. "Na verdade, ao homenagear O Povo, estamos homenageando toda a imprensa do Ceará, toda a mídia de nosso Estado", afirmou Patrícia. "Ao longo do tempo, os jornais e emissoras do nosso Estado firmaram-se como referência regional e até nacional. A importância dos veículos cearenses, justamente pelos vínculos que estabeleceram com seu público, passou a ser reconhecida em todo o País", complementou a senadora, que fez uma veemente defesa da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão.

Apoio ao empreendedorismo

Em dezembro, a senadora falou sobre a importância do projeto de lei da Câmara nº 128 de 2008, que reestrutura as microempresas e, entre outras providências relevantes, cria a figura jurídica do micro empreendedor individual. "A medida oferecerá dignidade e principalmente uma vida melhor para milhares de profissionais que terão como deixar a informalidade e ser considerados pelo que realmente são: empresários", discursou Patrícia. "Todos nós conhecemos dezenas, senão centenas de micro empreendedores individuais. São vendedores,

manicures, eletricitas, cabeleireiras, borracheiros, encanadores, prestadores de serviços em geral. Sua postura profissional raramente é reconhecida. Têm em comum, porém, o fato de sobreviverem na economia informal, sem qualquer dos direitos ou garantias que se asseguram não só aos trabalhadores assalariados do mercado informal como aos empresários de maior porte", destacou.

O projeto de lei Complementar nº 128 define como micro empreendedor individual o profissional que trabalha de forma autônoma e individual, auferindo receita bruta anual não superior a R\$ 36 mil. "Com a aprovação dessa lei, que espero ocorra em curto prazo, ele deverá preencher os requisitos de opção pelo Simples Nacional, o novo Supersimples, e ficará a partir daí isento de PIS, COFINS, IPI, ICMS, IRPJ, CSLL", afirmou Patrícia Saboya.

Luta contra a AIDS

Também em dezembro, Patrícia Saboya homenageou, em pronunciamento, o infectologista David Everson Uip, presidente da Fundação Zerbini e diretor-exe-



Célio Azevedo / Agência Senado

No plenário do Senado, Patrícia defende idéias como a que apóia os pequenos empresários

cutivo do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, e o médico Rogério Tuma, renomado especialista em neurologia clínica do Hospital Sírio-Libanês. Os médicos participaram de audiência pública realizada na CAS no dia 10 daquele mês. O tema central do depoimento dos especialistas na Comissão foi o Projeto de Prevenção da Transmissão Materno-Fetal do Vírus da Aids, implantado em Angola a partir de 2002.

"Os dois médicos, ambos de renome mundial, participam do projeto, dedicando-se com outros profissionais de saúde a um programa que já conseguiu mudar o perfil da Aids em Angola e, agora, estende-se a outros países africanos", disse Patrícia. "David Uip é uma referência na medicina brasileira. Dirigiu o programa contra a Aids quando se conhecia pouquíssimo da doença e, ao deixar a função, toda uma estrutura de diagnóstico, atendimento e prevenção havia sido montada. Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais, além de uma ampla exposição sobre a evolução da pandemia e o primoroso trabalho feito em Angola, proporcionou-nos uma visão ampla da doença e de suas perspectivas", ressaltou a senadora.

Segundo ela, Rogério Tuma, "embora jovem, já ocupa posição de destaque na medicina paulista e brasileira. Teve igualmente papel relevante no Projeto de Prevenção da Transmissão Materno-Fetal do Vírus da Aids em Angola. Atuando primordialmente na neurologia, contribuiu também, de forma decisiva, para a qualificação do atendimento médico angolano, superando as graves carências que se acumulam desde seu passado colonial".

Juventude

Outro discurso proferido pela senadora em dezembro abordou o tema da juventude. Patrícia lamentou o fato de que, no Brasil, infelizmente, os jovens são a parcela mais excluída da população. "Faltam políticas públicas mais contundentes, mais criativas e mais ousadas para a nossa juventude, que clama por oportunidades de estudo e de trabalho", disse. A senadora destacou, mais uma vez, que é fundamental o País investir na infância e na juventude. "Se formos capazes de proteger nossos filhos desde cedo, garantindo uma boa formação edu-

cional nas várias etapas da infância e da juventude, certamente não teremos mais que conviver com tanta violência e com tanta exclusão social. Essa trilha nos conduzirá, indubitavelmente, para um cenário de maior desenvolvimento social e econômico, com mais distribuição de renda, paz e alegria para todos os brasileiros", sublinhou.



Casa da Juventude / Divulgação

Patricia Saboya defende prioridade para os jovens nas políticas sociais do País

TRABALHO RECONHECIDO

Manifestações de apoio à luta da senadora Patrícia

“Viva a sociedade brasileira que tem a senadora Patrícia como representante e a lei das nossas crianças. Viva a saúde de toda a infância do Brasil, que tem hoje o adequado início de suas vidas. Viva a vida!”

Rachel Niskier, diretora da Sociedade Brasileira de Pediatria, referindo-se à sanção da lei da licença-maternidade de seis meses.

“Gostaria de agradecer e parabenizar seu empenho pela lei que amplia por mais dois meses a licença-maternidade. É de pessoas assim, inteligentes, preocupadas com o bem-estar econômico e social, que o Brasil precisa. Gostaria de te agradecer em nome de todas as mulheres e de todos os bebês que ficarão mais felizes e saudáveis”.

Luciana de Góis Aquino

“Eu acompanho e adoro o trabalho da senhora no Senado da República. Meus parabéns pela sua brilhante atuação nesta Casa”.

José Erivaldo de Lima, São Paulo

“Continue firme na sua luta pelo desenvolvimento do Ceará e elaborando políticas públicas para a melhoria de vida da nossa população”.

Reuber Tadeu Vieira e Silva, Ceará

“Parabéns pelo seu trabalho. Cada vez me orgulho mais de estar bem representada”.

Luciene Alice

“Parabéns, senadora Patrícia, continuo acompanhando todo o seu trabalho e empenho em melhorar a qualidade de vida e em resolver os problemas voltados às crianças e adolescentes do nosso País”.

Rênia Pompeu Macedo

“Parabéns por mais essa grande vitória. As crianças e a juventude da Nação estão bem representadas pela sua atuação no Senado”.

Pedro Alcântara, Rio de Janeiro, comentando a aprovação de projeto da senadora que amplia punições para os crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

“Parabéns por mais essa grande vitória. As crianças e a juventude da Nação estão bem representadas pela sua atuação no Senado”.

Pedro Alcântara, Rio de Janeiro, comentando a aprovação de projeto da senadora que amplia punições para os crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

“Meus cumprimentos a Vossa Excelência, senadora Patrícia Saboya, a quem devo a honra de ter no Senado uma mulher com tanta garra e determinação na luta intransigente dos direitos humanos”.

Silvana Gregório, Amazonas

“Cara senadora Patrícia Saboya, é com grande orgulho que lhe felicito por sua atuação no Senado, a que tenho com muito apreço acompanhado, pois é de muito interesse para minha família a aprovação de um de seus projetos: a ampliação da licença-paternidade. Estamos aqui em casa renovados ao ver tão nobre causa ser levada a sério no nosso País, onde a desilusão é mais provável e/ou esperada”.

Edivaldo Pedro de Brito, Distrito Federal

“É muito bom saber que existem pessoas que têm sensibilidade como você e conseguem perceber o quão importante é a figura do pai diante do filho que acaba de nascer. Quero deixar registrado o quanto feliz eu fiquei com a aprovação desse projeto. Quero te dar meus parabéns e o meu muito obrigado”.

Marcus Matias de Araújo, Minas Gerais.